

PROF. LEONARDO AQUINO



# SIMULADO PGM JUAZEIRO

P R O V A 0 1

1)

Sabe-se que o gestor público deve respeitar os princípios da Administração Pública, buscando sempre concretizar o interesse público e satisfazer as necessidades coletivas. Assinale abaixo o único princípio que não é aplicado na função administrativa do Estado brasileiro:

- a) Princípio da autoridade real.
- b) Princípio da juridicidade.
- c) Princípio da oficialidade.
- d) Princípio da autotutela.

2)

De acordo com a Lei nº 9.790/1999, que trata da qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), é correto afirmar que

- a) os sindicatos podem ser qualificados como OSCIP.
- b) as organizações partidárias não são passíveis de qualificação como OSCIP.
- c) pode se qualificar como OSCIP a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que tenha sido constituída e se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, 1 (um) ano.
- d) a OSCIP deve distribuir, entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, os eventuais excedentes operacionais, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio.
- e) as cooperativas podem ser qualificadas como OSCIP.

3)

Sobre os convênios, analise as afirmativas a seguir:

I. Os ingressos de recursos em decorrência de convênios são considerados, em regra, desvinculados.

II. Todo convênio pressupõe, de um lado, uma entidade privada sem fins lucrativos e, do outro lado, uma entidade da Administração Pública.

III. É legítimo exigir certidão negativa de débitos fiscais para que o particular possa celebrar convênio com a Administração Pública.

É correto o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em II.
- c) apenas em III.
- d) apenas em I e III.
- e) apenas em II e III.

4)

A Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) dispôs sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública. Nesse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei Anticorrupção não tem aplicação no tocante à prática de atos contra a administração pública estrangeira.
- b) A responsabilidade da pessoa jurídica está condicionada à responsabilização individual das pessoas naturais.
- c) O acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- d) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

5)

Com base na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa que apresenta os termos necessários ao correto preenchimento das seguintes lacunas: "O \_\_\_\_\_ não exime a pessoa jurídica da obrigação de \_\_\_\_\_ o dano causado".

- a) acordo de leniência; minimizar
- b) acordo de leniência; reparar integralmente

- c) termo de ajustamento de conduta; indenizar totalmente
- d) inquérito administrativo; reparar parcial ou totalmente
- e) inquérito administrativo; indenizar integralmente

6)

Analise os seguintes itens sobre o direito de greve no serviço público:

I. A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

II. É permitida a greve feita por servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública.

III. O direito de greve do servidor público estatutário não sofreu nenhum impacto com a Reforma Trabalhista, trazida pela Lei nº 13.467/2017, permanecendo o seu exercício regulado, tanto quanto possível, pelas disposições da lei de greve do setor privado.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

7)

Sobre as formas de provimento e vacância de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A promoção não é forma de vacância de cargo público.
- b) A vacância do cargo público poderá decorrer da readaptação.
- c) A exoneração de cargo em comissão dar-se-á quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
- d) A exoneração é forma de provimento de cargo público.

8)

Sobre o regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A Administração Pública somente pode contratar servidor público sob o regime celetista nos casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) A remuneração e o subsídio dos membros de qualquer dos Poderes da União e dos detentores de mandato eletivo federal, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) A lei regulamentará a forma como os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- d) O servidor público federal tem direito à licença-prêmio por assiduidade, que consiste em 1 (um) mês de afastamento remunerado do cargo após cada quinquênio ininterrupto de exercício.
- e) A concessão de licença para tratar de interesses particulares sempre se dá a critério da Administração.

9)

Analise as afirmativas a seguir sobre o processo administrativo:

I. Nos processos administrativos vigora o critério da impulsão ex officio, sem prejuízo da atuação dos interessados.

II. Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

III. Pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

III. No pregão, o prazo de validade das propostas é, no máximo, de 30 (trinta) dias, salvo se outro houver sido estipulado no edital.

É **correto** o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em II.
- c) apenas em III.
- d) em I, II e III.

**14)**

Analise as afirmativas a seguir sobre a desapropriação:

I. A competência privativa para legislar sobre desapropriação é da União.

II. No processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, a audiência de conciliação suspende o curso da ação.

III. Na desapropriação por interesse social, o proprietário perderá a propriedade se o imóvel consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.

É correto o que se afirma

- a) apenas na afirmativa I.
- b) apenas na afirmativa II
- c) apenas na afirmativa III.
- d) em todas as afirmativas.

**15)**

No acesso à informação previsto pelo Decreto nº 7.724/2012, a sigla SIC significa

- a) Sigilo da Informação Classificada.
- b) Superintendência de Informações Confidenciais.
- c) Serviço de Informações ao Cidadão.
- d) Sigilo da Informação Confidencial.

**16)**

Sobre Licitações, atribua V para os itens verdadeiros e F para os itens falsos:

É correto o que se afirma

- a) em I, II e III.
- b) apenas em I.
- c) apenas em II.
- d) apenas em III.
- e) apenas em I e II.

**10)**

Preencha corretamente esta lacuna com base na Lei nº 8.666/1993: É dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de \_\_\_\_\_ consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos:

- a) 30 (trinta) dias.
- b) 60 (sessenta) dias.
- c) 90 (noventa) dias.
- d) 180 (cento e oitenta) dias.
- e) 360 (trezentos e sessenta) dias.

**11)**

No âmbito das licitações e contratações da Administração Pública, é correto afirmar que a expressão "melhor técnica" significa

- a) uma fase da licitação.
- b) um tipo de licitação.
- c) uma modalidade de licitação.
- d) um procedimento de licitação.

**12)**

Assinale abaixo a única alternativa em que a licitação dispensável:

- a) Para contratação que tenha por objeto bens produzidos ou prestados no País que cumulativamente, alta complexidade tecnológica nacional.
- b) Quando a União tiver que intervir no domínio para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- c) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de emergência ou de grave perturbação da ordem econômica.
- d) Nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

**13)**

Sobre o pregão, analise as afirmativas a seguir:

I. A fase preparatória do pregão se dá com o sistema de registro de preços.

II. O pregão é modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns.

( )	A vinculação ao instrumento convocatório trata-se de princípio específico da licitação. O instrumento é, em regra, o edital, com exceção da modalidade convite, que é a carta-corrência. A licitação por finalidade atribuir segurança jurídica ao procedimento, sendo um desdobramento do princípio da legalidade.
( )	A licitação tem caráter obrigatório para toda Administração Pública e deve seguir vários princípios, conforme preconizado no art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal.
( )	Assim como em todos os procedimentos da Administração Pública, o processo licitatório deve seguir os princípios da legalidade, igualdade, moralidade e publicidade, de forma que o administrador só faça o que a lei autoriza expressamente, de forma neutra, dentro dos princípios morais e com ampla publicidade.
( )	Sem regra de excepcionalidade, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

Respondidos os itens, a sequência **correta** é:

- a) V V V F
- b) V V V V
- c) F V V V

- d) F V F V
- e) F F V V

17)

O Município de Maceió recebeu recursos da União, após firmar um convênio. Quanto à fiscalização desses recursos, podemos afirmar que o Tribunal de Contas da (o):

- a) União é competente, pois possui jurisdição em todo o território nacional.
- b) União pode apenas solicitar informações.
- c) Estado de Alagoas possui competência exclusiva, pois os recursos serão aplicados em Maceió.
- d) União é competente, pois os recursos foram repassados pela União.
- e) Município de Maceió tem competência exclusiva.

18)

A crise do Estado na década de 70 traz consigo a decadência do modelo burocrático. Nos anos seguintes, observa-se um direcionamento da administração pública dos países centrais para o modelo gerencialista. Este seria uma correção das disfunções burocráticas. Segundo Bresser Pereira (1996), a busca pelo modelo gerencial não decorre apenas da diferenciação de estruturas e complexidade crescente dos problemas a serem enfrentados, mas também de legitimação da burocracia perante as demandas da sociedade. Sobre o tema, analise os itens abaixo:

I. A administração gerencial ficou marcada como uma negação da burocracia, haja visto que todos os fundamentos basilares do modelo burocrático foram desprezados pelo modelo gerencialista.

II. Quanto ao ciclo da administração gerencial temos as seguintes fases: o Modelo Gerencial Puro, o *New Public Management* e o *Public Service Orientation*.

III. O primeiro país a adotar o Modelo Gerencial Puro (em inglês – managerialism) foi a Inglaterra, durante o governo de Thatcher, em 1979. As primeiras ações buscavam a redução de custos e o aumento da eficiência.

IV. Vista como mais eficientes, as práticas do setor privado passam a ser inseridas na administração pública.

Analizados os itens, é **correto** afirmar que:

- a) Temos dois itens incorretos.
- b) Todos os itens estão corretos.
- c) Apenas o item I está incorreto.
- d) Apenas o item III está incorreto.
- e) Apenas o item IV está incorreto.

19)

É a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado". Esse poder é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual. Aqui tratamos de:

- a) Poder discricionário.
- b) Poder difuso.
- c) Poder de polícia.
- d) Poder regulamentar.
- e) Poder disciplinar.

20)

O patrimonialismo foi o primeiro modelo de administração pública do Brasil, presente desde o período colonial até a República Velha. A vinda da família real trouxe consigo um modelo de administração que não fazia distinção entre os bens públicos e particulares. A administração patrimonialista é baseada nos Modelos de:

- a) Governança suíça.
- b) Estados absolutistas do século XVIII.
- c) Países comunistas do leste europeu.
- d) Governança corporativa de empresas.
- e) Governança administrativa da igreja católica.

21)

Analise as afirmativas a seguir sobre o conceito e conteúdo das constituições:

I. O preâmbulo da Constituição de Weimar (1919) foi o primeiro referencial normativo-impositivo das constituições contemporâneas, direcionando-as para o cumprimento dos direitos humanos e para a implementação das políticas públicas de terceira geração.

II. O conteúdo da chamada constituição dirigente foi desenvolvido por Carl Schmitt, tendo sido aperfeiçoado por Canotilho, após a Revolução dos Cravos.

III. Ao elaborar o conceito culturalista das constituições, Konrad Hesse idealizou que todos os problemas constitucionais podem ser previstos de forma programática e ilimitada.

Assinale

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- c) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

22)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) A regra constitucional de tratar todos de forma igual perante a lei é conhecida como igualdade material.
- b) O princípio da isonomia obriga o Estado a tratar igualmente todos os cidadãos, e estes, nas relações privadas entre si, devem se reger pelas regras previamente expressas nas leis, ainda que elas contrariem indiretamente a Constituição.
- c) Só existe o direito fundamental à vida digna em uma sociedade cujo Estado permite que a liberdade dos cidadãos seja absoluta.
- d) A escusa de consciência está contemplada na Constituição Federal de 1988.
- e) Como homens e mulheres não são iguais em direitos na Constituição, esta transfere ao legislador infraconstitucional a regulamentação de políticas públicas de apoio à redução da desigualdade de gênero.

23)

Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais, poderá o respectivo interessado se valer de:

- a) Ação Popular.
- b) Mandado de Segurança.
- c) Mandado de Injunção.
- d) Habeas Corpus.
- e) Habeas Data.

24)

Sobre os direitos sociais, é correto afirmar que

- a) com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, o direito à moradia e o direito à alimentação foram erigidos à categoria de direitos sociais.
- b) no Estado Democrático de Direito, os poderes públicos não podem reduzir de forma arbitrária o grau de concretização alcançado por um direito social.
- c) o chamado mínimo existencial tem por singularidade o fato de englobar todos os direitos sociais previstos na Constituição Federal, daí porque não se lhes aplica a reserva do possível.

- d) os direitos sociais nasceram com o fim da 1ª Guerra Mundial, razão pela qual são considerados direitos de primeira geração.
- e) enquanto no Estado Liberal não existem direitos sociais, estes, no Estado Social, são considerados direitos coletivos.

**25)**

A respeito das competências constitucionais dos entes federados, analise as afirmativas a seguir:

I. A Constituição Federal prevê que compete privativamente à União legislar sobre o sistema monetário.

II. Quando autorizados por lei complementar, é possível que os Estados legislem sobre questões específicas em determinadas matérias de competência privativa da União, como, por exemplo, sobre os sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular.

III. É competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal zelar pela política de crédito e estabelecer as diretrizes gerais sobre os sistemas de consórcios e sorteios.

É correto o que se afirma

- a) apenas em I.  
b) apenas em II.  
c) apenas em III.  
d) apenas em I e II.  
e) em I, II e III.

**26)**

Sobre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, analise os itens abaixo:

I. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

II. Compete à União fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.

III. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.  
b) se apenas a afirmativa II estiver correta.  
c) se apenas a afirmativa III estiver correta.  
d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**27)**

No direito brasileiro, a competência para legislar sobre previdência social é:

- a) Exclusiva da União.  
b) Privativa da União.  
c) Exclusiva dos Municípios.  
d) Privativa dos Estados e Distrito Federal.  
e) Concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

**28)**

Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), assinale a alternativa correta.

- a) Os poderes das comissões parlamentares de inquérito somente podem estar previstos nos regimentos das respectivas Casas.

b) Quando criada pelo Congresso Nacional, a CPI não pode ter prazo superior a 60 (sessenta) dias, admitida uma prorrogação por igual período.

c) A CPI, quando criada pelo Senado Federal, não pode ter prazo superior a 60 (sessenta) dias, vedada qualquer prorrogação.

d) As comissões parlamentares de inquérito poderão ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente.

**29)**

A Constituição Federal prevê que a iniciativa popular, no processo legislativo federal, pode ser exercida pela apresentação

a) ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

b) ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

c) à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

d) ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**30)**

Sobre o processo legislativo previsto na Constituição Federal, analise os itens abaixo:

I. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Procurador-Geral da República.

II. Na vigência de intervenção federal, a Constituição não poderá ser emendada.

III. A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.  
b) se apenas a afirmativa II estiver correta.  
c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.  
d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**31)**

Assinale abaixo a única alternativa que não trata de competência do Supremo Tribunal Federal:

- a) processar e julgar, originariamente, a disputa sobre direitos indígenas.  
b) julgar, em recurso ordinário, o crime político.  
c) julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.  
d) processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre Tribunais Superiores e qualquer outro tribunal.

**32)**

Analisar as afirmativas a seguir sobre o Supremo Tribunal Federal (STF):

I. É vedada ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa dos projetos de leis complementares.

II. A discussão e votação dos projetos de lei ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal terão início na Câmara dos Deputados.

III. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal.

Assinale

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**33)**

Sobre a Súmula Vinculante, assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Nacional de Justiça poderá aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) São vedados o cancelamento e a revisão da súmula vinculante.
- c) O Superior Tribunal de Justiça poderá aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) A súmula vinculante terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

**34)**

Sobre o Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Federal, analise as afirmativas a seguir:

I. Junto ao Superior Tribunal de Justiça funcionará o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

II. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.

III. Aos juízes federais compete processar e julgar as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

É correto o que se afirma

- a) apenas em II.
- b) apenas em I e III.
- c) apenas em II e III.
- d) em I, II e III.

**35)**

Arnaldo é membro vitalício do Ministério Público com lotação em uma das Varas Criminais em Recife. Um dia, foi comunicado oficialmente que estava sendo transferido para atuar no interior do Estado. É correto afirmar que tal transferência, à luz da Constituição,

- a) não é possível, pois fere a garantia constitucional da inamovibilidade dos membros do Ministério Público.
- b) é possível apenas se Arnaldo passar a receber o auxílio-moradia.

c) não é possível, pois Arnaldo já havia adquirido a vitaliciedade, o que impede que seja removido de ofício.

d) é possível se estiver presente o interesse público, mas deve ser assegurado a Arnaldo, por exemplo, que a transferência seja aprovada em maioria absoluta no órgão colegiado competente do Ministério Público.

**36)**

O Município X resolveu instituir uma taxa devidamente amparada na Constituição Federal, objetivando aumentar a sua arrecadação. Ocorre que, uma vez definido o fato gerador e a respectiva base de cálculo, a cobrança do tributo atingiu o patrimônio de autarquia pública do Município Y. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Nenhum Município pode cobrar taxas de autarquias.
- b) Como a autarquia tem imunidade à cobrança de taxas sobre o patrimônio, o Município X deveria ter instituído uma taxa correlacionada a outro fato gerador.
- c) O Município X está autorizado a praticar a bitributação, cobrando a taxa da autarquia e do Município Y.
- d) Estando a taxa regularmente prevista na Constituição Federal, o Município pode instituir lei que possibilite a cobrança contra a autarquia do Município Y, que não goza de imunidade tributária nesse caso.

**37)**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- a) cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- b) cabe ao Senado Federal fixar as alíquotas mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- c) cabe à lei ordinária fixar as alíquotas mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- d) compete ao Senado Federal fixar as alíquotas máximas do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

**38)**

De acordo com a Constituição Federal, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I. centralização, com direção coordenada pela União.
- II. atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- III. participação da comunidade.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**39)**

Com base nas disposições constitucionais sobre a Saúde, assinale a alternativa incorreta:

- a) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a quaisquer instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, atuantes na área de saúde.
- b) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- c) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- d) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

**40)**

Acerca das disposições constitucionais sobre as Finanças Públicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- b) A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
- c) Nenhuma receita poderá ser vinculada para pagamento de débitos com a União ou para a obtenção de empréstimo junto ao Tesouro Nacional.
- d) É vedada a concessão de créditos ilimitados.
- e) Está proibida a utilização de créditos ilimitados.

**41)**

Sobre a cooperação internacional prevista no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir:

I. O Ministério Público exercerá a função de autoridade central, ainda que não haja a respectiva designação no tratado.

II. Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.

III. A cooperação jurídica internacional poderá ter por objeto, por exemplo, a colheita de provas e obtenção de informações.

É correto o que se afirma

- a) apenas em I e II.
- b) apenas em II e III.
- c) apenas em I.
- d) em I, II e III.

**42)**

De acordo com o Código de Processo Civil, é possível afirmar que a ação possessória imobiliária será proposta

- a) em regra, no foro do domicílio do réu.
- b) no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- c) em regra, onde for encontrado o réu.
- d) no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.

**43)**

Sobre o *amicus curiae*, assinale a alternativa incorreta:

- a) O *amicus curiae* não pode ser pessoa jurídica.
- b) Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae*.
- c) O *amicus curiae* não é considerado litisconsorte necessário.
- d) O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

**44)**

Analise as afirmativas a seguir sobre a intervenção de terceiros no processo civil:

I. A assistência simples impede que a parte principal reconheça a procedência do pedido.

II. Feita a denúncia pelo autor, o denunciado não poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante.

III. A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

É correto o que se afirma

- a) apenas na afirmativa I.
- b) apenas na afirmativa II.
- c) apenas na afirmativa III.
- d) em todas as afirmativas.

**45)**

Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (IDPJ), analise as afirmativas a seguir:

I. Instaurado o IDPJ, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

II. Concluída a instrução, se necessária, o IDPJ será resolvido por sentença.

III. Embora não regradada expressamente por lei, a chamada desconconsideração inversa da personalidade jurídica tem suporte doutrinário-jurisprudencial.

É correto o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em I e II.
- c) apenas em II e III.
- d) em I, II e III.

**46)**

Sobre a forma eletrônica de realizar os atos processuais previstos no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir:

I. Os atos processuais não podem ser parcialmente digitais, salvo se puderem ser integralmente validados por meio eletrônico em momento posterior.

II. Os sistemas de automação processual respeitarão a publicidade dos atos, o acesso e a participação das partes e de seus procuradores, inclusive nas audiências e sessões de julgamento, observadas as garantias da disponibilidade, independência da plataforma computacional, acessibilidade e interoperabilidade dos sistemas, serviços, dados e informações que o Poder Judiciário administre no exercício de suas funções.

III. As unidades do Poder Judiciário assegurarão às pessoas com deficiência acessibilidade aos seus sítios na rede mundial de computadores, ao meio eletrônico de prática de atos judiciais, à comunicação eletrônica dos atos processuais e à assinatura eletrônica.

É correto o que se afirma

- a) em I, II e III.
- b) apenas em I.
- c) apenas em I e II.
- d) apenas em II e III.

**47)**

Sobre a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

a) Caso entenda que não há elementos para a concessão da tutela em questão, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

b) A tutela em questão torna-se estável independentemente da interposição de recurso contra a decisão que a conceder.

- c) O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela em questão extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que a concedeu.
- d) Na petição inicial relativa à tutela em questão, o autor não precisará indicar o valor da causa, mas o fará, no prazo de 10 (dez) dias, após o juiz determinar o aditamento decorrente da concessão da medida antecedente.

**48)**

Sobre as tutelas de urgência no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- b) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
- c) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida ainda que haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- d) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

**49)**

À luz do Código de Processo Civil, é **correto** afirmar que a contumácia processual

- a) ocasiona o julgamento antecipado do mérito da lide.
- b) é causa automática de suspensão do processo, até que se decida a lide incidental.
- c) consiste na violação dos princípios da boa-fé e lealdade processuais.
- d) pode ensejar a extinção do processo sem resolução do mérito, por abandono de causa.

**50)**

Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a improcedência liminar do pedido, assinale a alternativa correta:

- a) O julgamento liminar de improcedência do pedido ocorrerá apenas após a citação do réu.
- b) O juiz não poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar a ocorrência de decadência, que deverá ser arguida pelas partes.
- c) Interposta a apelação contra o julgamento liminar de improcedência, o juiz deverá retratar-se em 48 (quarenta e oito) horas.
- d) O julgamento liminar de improcedência do pedido ocorrerá apenas se a causa dispensar a fase instrutória.

**51)**

No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, é possível afirmar que:

- a) o pagamento ao particular ocorrerá sempre na forma de precatório.
- b) a Fazenda Pública deverá pagar multa de 10 (dez) por cento, caso apresente impugnação ao cumprimento de sentença.
- c) a Fazenda Pública não poderá, na impugnação ao cumprimento de sentença, arguir a incompetência relativa do juízo da execução.
- d) a Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.

**52)**

Sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, assinale a alternativa **correta**.

- a) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e em autos apartados, impugnar a execução.
- b) A Fazenda Pública será intimada por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias e nos próprios autos, contestar a execução.
- c) Compete à Fazenda Pública arguir, na impugnação ao cumprimento de sentença, qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.
- d) É vedada a alegação de impedimento ou suspeição em sede de cumprimento de sentença.

**53)**

Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre o cumprimento de sentença, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
- b) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
- c) Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.
- d) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 05 (cinco) dias, acrescido de custas, se houver.

**54)**

Analisar as afirmativas a seguir sobre o Incidente de Assunção de Competência, previsto no Código de Processo Civil vigente:

- I. Ocorrendo a hipótese de assunção de competência, o relator não poderá propor, de ofício, que a remessa necessária seja julgada pelo órgão colegiado.
- II. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- III. O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, exceto se houver revisão de tese.

É correto o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em I e III.
- c) apenas em II e III.
- d) em nenhuma das afirmativas

**55)**

Analisar as afirmativas a seguir sobre o processo nos Tribunais e a uniformização de jurisprudência no processo civil brasileiro:

- I. Os juízes e os tribunais observarão os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos.
- II. É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

III. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante.

É correto o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em I e II.
- c) apenas II e III.
- d) em I, II e III.

**56)**

Analise as afirmativas a seguir sobre a ação rescisória no processo civil brasileiro:

I. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando violar manifestamente norma jurídica.

II. Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.

III. A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.

É correto o que se afirma

- a) apenas nas afirmativas I e II.
- b) apenas nas afirmativas II e III.
- c) apenas na afirmativa I e III.
- d) em todas as afirmativas.

**57)**

Assinale a alternativa que trata de pressuposto recursal extrínseco no processo civil brasileiro.

- a) interesse recursal
- b) tempestividade
- c) ausência de coisa julgada
- d) cabimento do recurso

**58)**

De acordo com o Código de Processo Civil vigente, não é mais cabível a interposição de

- a) embargos de divergência.
- b) agravo retido.
- c) recurso ordinário.
- d) agravo em recurso especial ou extraordinário.

**59)**

Sobre o agravo de instrumento no Processo Civil, analise as afirmativas a seguir:

I. Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento.

II. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem, por exemplo, sobre a exclusão de litisconsorte ou a inadmissão de intervenção de terceiros.

III. É incabível a interposição de agravo de instrumento contra a decisão relativa ao julgamento antecipado parcial do mérito.

É correto o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em I e II.
- c) apenas em II e III.
- d) em I, II e III.

**60)**

Sobre o processo civil brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.

II. A desistência da ação não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

III. O recorrente somente poderá desistir do recurso quando houver a anuência dos litisconsortes.

É **correto** o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em I e II.
- c) apenas em II e III.
- d) em I, II e III.

**61)**

Sabe-se que a contribuição de melhoria pode ser cobrada pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, para fazer face ao custo de obras públicas. Havendo valorização imobiliária, tem-se como limite individual da contribuição de melhoria:

- a) a despesa geral da obra por imóvel beneficiado.
- b) o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- c) o acréscimo de valor verificando a partir do custo global e do custo por unidade.
- d) a despesa total gasta pelo Município.

**62)**

A respeito da Contribuição de Melhoria, analise as afirmativas abaixo.

I. A contribuição de melhoria tem como limite total a soma do acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

II. Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

A partir da análise das afirmativas acima, assinale a alternativa correta.

- a) A afirmativa I é falsa e a afirmativa II é verdadeira.
- b) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) A afirmativa I é verdadeira e a afirmativa II é falsa.
- d) As afirmativas I e II são falsas.

**63)**

Sobre os princípios tributários, analise as afirmativas a seguir:

I. O princípio da igualdade tributária prega que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

II. De acordo com o princípio da anualidade nonagesimal, não é possível cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. III. O princípio da uniformidade é também conhecido como princípio da não-cumulatividade.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**64)**

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 acerca das limitações do Poder de Tributar, assinale a alternativa que evidencia vedação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

- a) Exigir tributo com lei que o estabeleça.
- b) Cobrar tributos no exercício financeiro seguinte a que tenha sido publicada a lei que os instituiu.
- c) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- d) Instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

**65)**

Analise as afirmativas a seguir sobre a competência tributária:

I. Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

II. Embora não sejam tributos, os empréstimos compulsórios se submetem às regras de competência tributária.

III. A competência tributária está constitucionalmente relacionada com o poder de instituir tributos.

É **correto** o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em I e III.
- c) apenas em II e III.
- d) em I, II e III.

**66)**

Analise as afirmativas a seguir sobre os tributos municipais:

I. O contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

II. É fato gerador do ITBI a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia.

III. Cabe ao Prefeito, por meio de decreto, fixar as alíquotas máximas e mínimas do ISS.

É **correto** o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em I e II.
- c) apenas em II e III.
- d) em nenhuma das afirmativas.

**67)**

Analise as afirmativas a seguir sobre a interpretação e a integração da legislação tributária:

I. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará a analogia antes da equidade.

II. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

III. Em regra, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará os princípios gerais de direito tributário antes da analogia.

É **correto** o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em I e II.
- c) apenas em II e III.

d) em I, II e III.

**68)**

Sobre a moratória prevista no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **correta**.

- a) A moratória somente pode ser concedida em caráter geral.
- b) A moratória independe de autorização legal.
- c) A lei que conceder a moratória obrigatoriamente especificará o prazo de duração do favor.
- d) A moratória apenas pode ser concedida em caráter individual.

**69)**

O Código Tributário Nacional lista as possibilidades de extinção do crédito tributário, assinale a alternativa que evidencia uma possibilidade não reconhecida por referido código.

- a) Decisão administrativa reformável.
- b) Consignação em pagamento.
- c) Prescrição e decadência.
- d) Remissão.

**70)**

Sobre a suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, analise as afirmativas a seguir:

I. A anistia é causa de exclusão do crédito tributário.

II. A transação e a remissão extinguem o crédito tributário.

III. A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**71)**

Acerca da suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, analise as afirmativas a seguir:

I. O parcelamento extingue o crédito tributário enquanto durar o acordo.

II. A remissão não é causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário.

III. A anistia e a isenção excluem o crédito tributário.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**72)**

Dentro da Secretaria de Finanças do Município, Maria das Dores, analista de controle, emitiu o seguinte comentário: "O valor atual cobrado na Certidão da Dívida Ativa é de 50.000,00 (cinquenta mil reais), estando pendente de pagamento pelos devedores". Considerando tal situação, é possível afirmar que:

- a) o fato gerador já ocorreu, porém, a formação da obrigação tributária está pendente.
- b) se forem dois devedores, cada um deve apenas R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- c) não há nenhuma dúvida de que o crédito tributário já foi constituído.
- d) existe solidariedade tributária entre os devedores, porém sem haver a conclusão da obrigação tributária.

73)

Acerca dos tributos de competência dos Estados e da União, assinale a alternativa correta.

- a) As contribuições sociais poderão ter alíquotas ad valorem, tendo por base a unidade de medida adotada.
- b) É da competência dos Estados a instituição do imposto sobre a propriedade territorial rural.
- c) O imposto sobre produtos industrializados será seletivo, em função da essencialidade do produto.
- d) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

74)

Dentre os tributos municipais, está o imposto sobre serviços de qualquer natureza, que pode ser instituído por lei ordinária. No entanto, para esse imposto, cabe à lei complementar fixar:

- a) apenas as suas alíquotas máximas.
- b) as suas alíquotas máximas e mínimas.
- c) as suas alíquotas mínimas, enquanto o Senado Federal fixará as alíquotas máximas.
- d) apenas as suas alíquotas mínimas.

75)

Assinale a única alternativa que representa uma característica do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

- a) deverá ser progressivo em razão do valor do imóvel
- b) impossibilidade de diferenciação de alíquotas de acordo com a localização do imóvel
- c) o princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica à fixação da sua base de cálculo
- d) deverá ter alíquotas diferentes de acordo com o uso do imóvel

76)

Analise as afirmativas a seguir sobre a cobrança do ITBI:

I. Na adjudicação em processo judicial, a base de cálculo do ITBI não poderá ser inferior ao valor da avaliação judicial e, não havendo esta, ao valor da administrativa.

II. É isenta do ITBI a transmissão referente a todo imóvel adquirido através do Programa Minha Casa Minha Vida.

III. O ITBI incide sobre a transmissão de bens e direitos quando decorrente, por exemplo, da incorporação ou fusão de pessoas jurídicas.

É **correto** o que se afirma

- a) apenas em I.
- b) apenas em I e III.
- c) apenas em II e III.
- d) em I, II e III.

77)

Analise as seguintes afirmativas acerca do Fundo de Participações dos Municípios (FPM).

I. O FPM provém de transferência dos Estados.

II. O FPM é proveniente da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira e a afirmativa II é falsa.
- c) A afirmativa I é falsa e a afirmativa II é verdadeira.
- d) As afirmativas I e II são falsas.

78)

Sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, assinale a alternativa **correta**:

- a) Na execução fiscal, a produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.
- b) Enquanto a execução fiscal abrange a cobrança da dívida ativa de natureza tributária, a execução não fiscal contempla a dívida ativa de natureza não tributária.
- c) Na execução fiscal, o valor da causa será o da dívida constante da certidão de dívida ativa, sem os encargos legais.
- d) O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

79)

Conforme estabelecido na Lei n°. 6.830/1980, conhecida como Lei de Execução Fiscal, a execução fiscal poderá ser promovida contra

- a) credor.
- b) espólio.
- c) contador.
- d) responsável por dívidas de pessoa jurídica de direito público.

80)

A Lei n°. 6.830/1980, conhecida como Lei de Execução Fiscal, dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Acerca de referido dispositivo legal, assinale a alternativa correta.

- a) O Auxiliar de Justiça que, por ação ou omissão, desde que dolosa, prejudicar a execução, será responsabilizado, civil, penal e administrativamente.
- b) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução for embargada ou se aceitos os embargos.
- c) Compete ao Ministério Público baixar normas sobre o recolhimento da Dívida Ativa respectiva, em Juízo ou fora dele, e aprovar, inclusive, os modelos de documentos de arrecadação.
- d) O processo administrativo correspondente à inscrição de Dívida Ativa, à execução fiscal ou à ação proposta contra a Fazenda Pública será mantido na repartição competente, dele se extraindo as cópias autenticadas ou certidões, que forem requeridas pelas partes ou requisitadas pelo Juiz ou pelo Ministério Público.

81)

Assinale a opção que corresponde ao Orçamento do tipo Executivo:

- a) É utilizado nos países cujas funções legislativas são exercidas pelo Congresso ou Parlamento, sendo sancionado pelo Chefe do Poder Executivo. Sendo a elaboração e a execução da competência do Poder Executivo, cabendo ao Poder Legislativo sua votação e seu controle.
- b) É o tipo utilizado em países parlamentares, no qual a elaboração, a votação e a aprovação do orçamento são de competência do Poder Legislativo, cabendo ao Executivo a sua execução.
- c) É o tipo utilizado em países onde impera o poder absoluto, no qual a elaboração, a aprovação, a execução e o controle do orçamento são da competência do Poder Executivo.
- d) É o orçamento cuja elaboração e execução é de competência do Legislativo.
- e) É aquele elaborado e executado pelo poder Executivo, cabendo ao Legislativo sua votação e controle.

82)

Sobre Créditos Adicionais, **NÃO** podemos afirmar:

- a) A realização de crédito adicional deverá sempre obedecer a vinculação do recurso disponível.
- b) O cancelamento do crédito orçamentário, parcial ou total, não muda a classificação da fonte de recurso.
- c) Tem como finalidade reforçar ou suplementar dotação orçamentária existente na LOA – crédito adicional SUPLEMENTAR.

- d) Com a abertura de crédito adicional, a LOA não mais será executada conforme aprovado originalmente pelo Legislativo.  
e) Não há necessidade de autorização na LOA ou em leis especiais para abertura de créditos adicionais.

**83)**

De acordo com a Lei Complementar n°. 101/2000, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá atender a uma série de requisitos. Assinale a alternativa que **não** apresenta um dos requisitos.

a) Atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.  
b) Estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.  
c) Estar demonstrado, pelo proponente, que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária.  
d) Estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**84)**

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/00), assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.  
b) A limitação de empenho e movimentação financeira ocorrerá prioritariamente nas despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.  
c) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.  
d) Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

**85)**

De acordo com a Lei n° 10.028/2000, constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

- I. Deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.  
II. Deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.  
III. Deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.  
b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.  
c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**86)**

Com base nas disposições do Código Civil sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.  
b) São pessoas jurídicas de direito privado, dentre outras, as associações públicas.  
c) As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.  
d) Os Territórios não são pessoas jurídicas de direito público interno.

**87)**

O Código Civil em vigor prevê que prescreve em 03 (três) anos:

- a) a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.  
b) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.  
c) a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.  
d) a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

**88)**

No Direito Civil, é possível que determinado contrato se refira a coisas existentes, mas expostas a risco, assumido pelo adquirente. Nesse caso, trata-se de contrato

- a) de adesão.  
b) unilateral.  
c) aleatório.  
d) gratuito.

**89)**

Analise as afirmativas a seguir sobre a responsabilidade civil:

- I. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.  
II. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive se o causador do dano for ascendente ou descendente seu.  
III. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.  
b) se apenas a afirmativa I estiver correta.  
c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.  
d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

**90)**

Assinale a única alternativa que **não** trata de direito real previsto no Código Civil vigente.

- a) a concessão de uso especial para fins de moradia  
b) a habitação  
c) o penhor  
d) os direitos do promitente vendedor do imóvel

**91)**

Com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CL T), assinale a alternativa correta sobre a suspensão e a interrupção do contrato de trabalho.

a) Se for inferior a 01 (um) ano, a interrupção da prestação de serviços não precisa ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

b) Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento será sempre computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.

c) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, até 03 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovados.

d) A suspensão do empregado por mais de 10 (dez) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

**92)**

Acerca das férias do empregado celetista, analise as afirmativas a seguir:

I. O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

II. Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.

III. É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

Assinale:

a) se apenas a afirmativa I estiver correta.

b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**93)**

Acerca das férias do empregado celetista, assinale a alternativa correta.

a) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída.

b) Quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas, o empregado terá direito a no máximo 18 (dezoito) dias corridos de férias.

c) O empregador deve descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.

d) O termo a quo do período aquisitivo das férias é o primeiro dia do ano em que houver sido celebrado o contrato de trabalho.

**94)**

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no caso de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de descumprimento do pactuado na relação de trabalho, a prescrição

a) jamais se interrompe e não pode ser decretada de ofício.

b) será intercorrente, no prazo de 3 (três) anos.

c) é parcial, até o limite de 5 (cinco) anos após a extinção do contrato de trabalho.

d) é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

**95)**

Acerca da seguridade social, assinale a alternativa correta:

a) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

b) A seguridade social é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao

acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

c) A previdência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

d) A seguridade social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

**96)**

Sobre a Previdência Social, analise os itens abaixo:

I. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

II. É facultada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

III. A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

Assinale:

a) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

b) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

c) se apenas a afirmativa I estiver correta.

d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**97)**

Sobre o abono de permanência, analise as afirmativas a seguir:

I. Não poderá ser concedido abono de permanência ao servidor que já completou a idade para aposentadoria compulsória.

II. O abono de permanência pode ser igual ou superior ao valor da contribuição previdenciária devida pelo servidor público.

III. O abono de permanência somente abrange os servidores submetidos ao regime celetista.

Assinale:

a) se apenas a afirmativa I estiver correta.

b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

e) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**98)**

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), analise as afirmativas a seguir:

I. Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrarará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

II. No processo do trabalho, não se admite a reconvenção.

III. Quando for contrária ao trabalhador, a declaração de nulidade da confissão alcançará todos os atos anteriores ou posteriores a ela, incluindo aqueles que dela dependam ou sejam consequência.

É correto o que se afirma

a) apenas em I.

b) apenas em I e III.

c) apenas II e III.

d) em I, II e III.

**99)**

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o empregado acusado de falta grave

- a) não pode ser suspenso de suas funções.
- b) só pode ser despedido após inquérito em que se comprove a procedência da acusação.
- c) deve ser realocado provisoriamente em outra função, até que sejam apurados os fatos da acusação.
- d) deve ser suspenso de suas funções.

**100)**

Na Justiça do Trabalho, é possível a concessão da assistência judiciária gratuita quando a parte não conseguir arcar com os custos do processo. Nesse sentido, o Tribunal Superior do Trabalho entende sumuladamente que,

- a) no caso de pessoa jurídica, é desnecessária a demonstração de impossibilidade de arcar com as despesas do processo.
- b) para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim.
- c) para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa física ou jurídica, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pelo respectivo advogado.
- d) no caso de pessoa física ou jurídica, basta a mera declaração de impossibilidade de arcar com as despesas do processo.